



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Dezembro | 2017

Boletim Conjuntural

Dezembro | 2017

1. CONJUNTURA NACIONAL

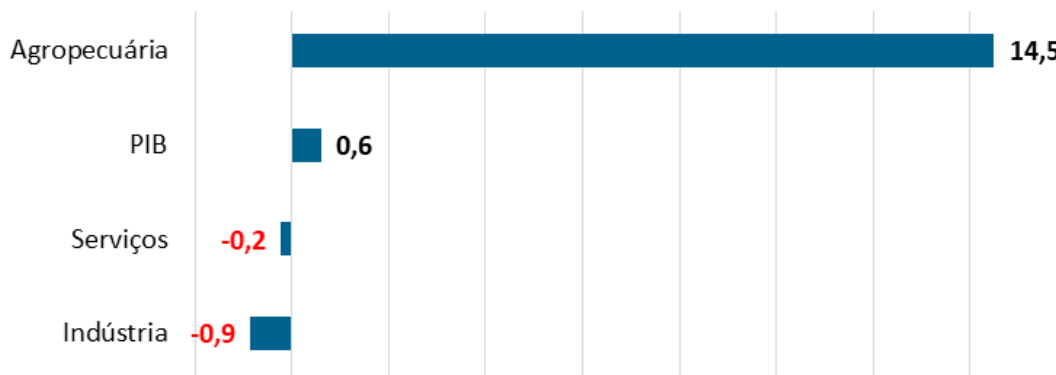
Os dados apresentados nos Boletins de conjuntura ao longo do ano de 2017 mostram uma economia pouco melhor do que a de 2016. De fato, o PIB nacional (Produto Interno Bruto) deverá crescer cerca de 1%. A previsão para 2017, de acordo com o último Boletim Focus¹, é de um PIB com crescimento de 0,96%. Mesmo não sendo um resultado em si expressivo, trata-se de algo de certa forma importante, depois de dois anos seguidos de forte retração. Alimenta-se a expectativa de que tal desempenho venha a representar os degraus iniciais de uma esperada recuperação da economia brasileira, em bases e ritmo sustentáveis, embora sempre se deva levar em conta que isso implica realizar reformas estruturais que o país exige. Nunca é demais lembrar que as reformas propiciadas pela implementação do Plano Real – em contexto de uma economia internacional instável, abalada por várias crises de países emergentes ao longo de 1994-1999 – foram fundamentais para que o país adotasse políticas macroeconômicas que definitivamente mudaram, para melhor, a economia brasileira. Um alto preço que hoje se paga, pela falta de solidez fiscal do Estado,

problema magnificado com descaminhos de governança no período 2010-2015, tem sido exatamente a prolongada crise da qual o país está tentando se recuperar no momento.

A economia brasileira registrou – conforme o IBGE – um crescimento ainda modesto de 0,6% no resultado acumulado do ano (janeiro a setembro de 2017), relativamente ao mesmo período do ano passado, como ilustrado no **Gráfico 1**. Trata-se de um crescimento que, em termos setoriais, teve como fator explicativo o bom desempenho da agricultura (crescimento de 14,5%) com os setores de indústria e o de serviços ainda registrando variações negativas: -0,9% e -0,2%, respectivamente. Ademais, deve-se observar que esse resultado positivo tem lugar em uma economia que acumula perdas significativas em dois anos seguidos (queda superior a 7,0% em 2015-2016). Portanto é um bom resultado, porque a economia parou de cair; por outro lado, revela-se de modesto alcance, especialmente se considerada a fragilidade das bases de comparação.

¹ Ver "Focus – Relatório de Mercado" (BCB) [15 de dezembro de 2017]. Documento eletrônico disponível em PDF: <http://www.bcb.gov.br>

Gráfico 1 - Brasil: taxa de variação do PIB a preços de mercado, por componente Janeiro-Setembro de 2017 (base: mesmo período no ano anterior)

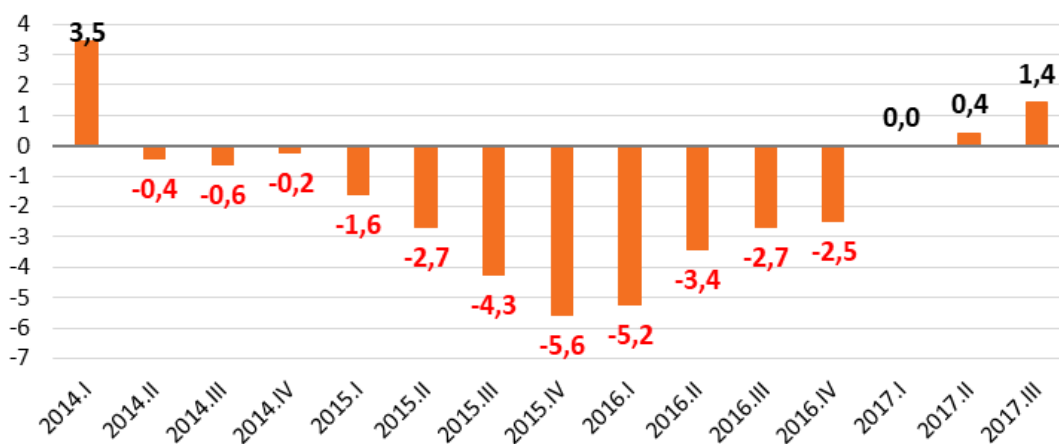


Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração CEPLAN.

Pode-se traçar um quadro mais nítido do retrocesso no nível de produto da economia brasileira – contingência que põe nos devidos termos a dimensão das bases de comparação dos indicadores recentes – . O Gráfico 2 apresenta um panorama mais detalhado da economia nacional nos últimos quatro anos, conforme indicadores trimestrais produzidos pelo IBGE , envolvendo a usual comparação entre o nível de produto em determinado trimestre comparativamente ao resultado alcançado no correspondente trimestre do ano anterior. O PIB

do Brasil, depois de 11 trimestres consecutivos de reduções significativas, alcança estabilidade no 1º trimestre de 2017 (variação de 0,0%), e registra no 2º trimestre deste ano o primeiro indicador positivo (0,4%), que se intensifica no 3º trimestre (1,4%). Esses últimos dados reforçam a expectativa de que se mantenha uma aceleração do crescimento do PIB no final deste ano, e que o resultado final acumulado de 2017 seja, de fato, de um crescimento próximo de 1%, o que ainda é modesto.

Gráfico 2 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1º Trimestre/2014 ao 3º Trimestre/2017 (base: mesmo trimestre do ano anterior)

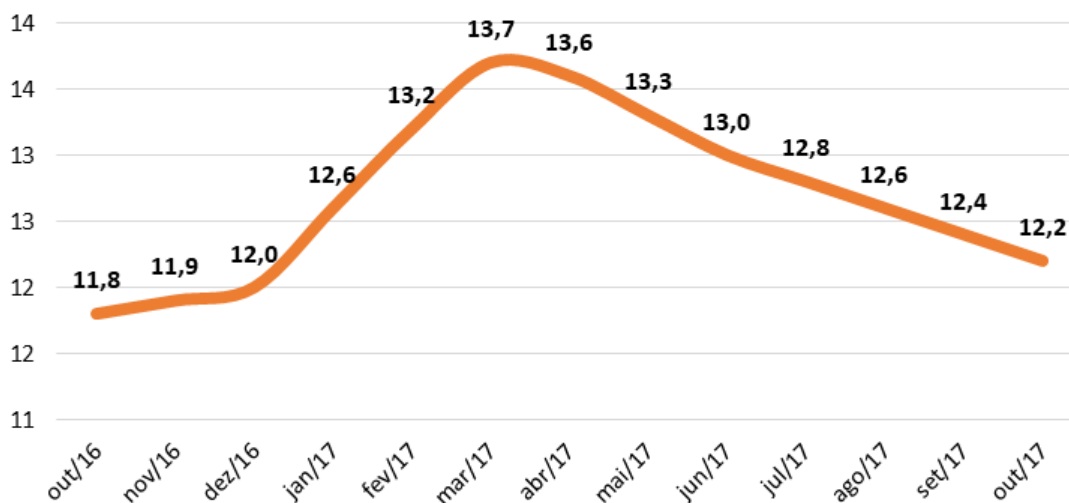


Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao mercado de trabalho, permanecem indicações de melhoria em meses mais recentes, conforme dados do IBGE (PNAD Contínua). A taxa de desocupação, no trimestre de agosto a outubro deste ano, recuou para 12,2%, depois de ter atingido um pico de 13,7% no trimestre de janeiro a março, revelando uma trajetória decrescente desde então (ver **Gráfico 3**). O contingente de desempregados se reduz de 14,2 milhões de pessoas, no primeiro trimestre do ano, para 12,7 milhões no trimestre encerrado em outubro. Portanto um decréscimo significativo de 1,5 milhão de desocupados no período referido. Mesmo assim, um número de desocupados – em termos absolutos – ainda superior ao do mesmo trimestre de 2016, quando o desemprego atingia 12,0 milhões de pessoas. Sendo assim, mesmo interpretando-se

que cerca de 1,5 milhão de indivíduos teriam saído da contingência de desocupação, deve-se reconhecer que se trata de um quadro de desemprego ainda preocupante. Ademais, o referido indicador de desemprego aberto não inclui trabalhadores em situação de desalento (sem ímpeto para continuar em busca de uma ocupação) e aqueles com ocupação precária, de baixa produtividade, com rendimento insuficiente ou mesmo eventual. Nesse sentido, destaque-se que a grande maioria dos empregos que vêm sendo gerados tem origem no segmento informal do mercado de trabalho, ou seja, a redução da taxa de desemprego vem sendo acompanhada pelo aumento da informalidade, o que em geral se associa a empregos de remunerações mais baixa e sem a necessária proteção previdenciária.

Gráfico 3 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - outubro/2016 a outubro/2017



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Outro aspecto de certa forma alentador é que o número de admissões em postos formais de trabalho, desde abril deste ano, tem superado o de demissões, o que se traduz em saldo positivo, embora ainda relativamente baixo. Tal saldo, no período de janeiro a outubro de 2017, foi de 302.190 empregos. Nesse mesmo período do ano de 2016, o saldo era negativo em 730.417, portanto muito mais demissões do que admissões. No geral, são dados que indicam

uma melhoria, mas que ainda não representam uma recuperação robusta do mercado de trabalho formal. Setorialmente, esse saldo cresceu mais nos serviços (138.779), seguindo-se a indústria de transformação e a agropecuária. Em termos negativos, o comércio continua liderando, com um saldo de -41.608 empregos, seguido pelo setor de construção, com -30.545, conforme a **Tabela 1**.

Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal - janeiro-outubro/2016, outubro/2017 e janeiro-outubro/2017

SUBSETOR	JAN/16-OUT/16	OUT/17	JAN/17-OUT/17
Agropecuária	62.541	-3.551	105,091
Indústria Extrativa	-7.350	-532	-2.393
Indústria de Transformação	-138.823	33.200	116.650
Têxtil	-2.897	2.235	29.250
Madeira e Móveis	2.362	2.080	25.256
Química	23.372	678	13.357
Alimentos e Bebidas	1.572	20.565	40.047
Outras Indústrias	-163.232	7.642	8.740
SIUP	-7.944	-729	-1.876
Construção	-224.268	-4.764	-30.545
Comércio	-239.480	37.321	-41.608
Serviços	-190.583	15.915	138.779
Profissionais, técnicos e adm.	55.619	842	69.083
Saúde	43.417	4.694	51.026
Educação	-131.073	7.628	40.392
Outros Serviços	-158.546	2.751	-21.722
Administração Pública	15.490	-261	18.092
Total	-730.417	76.599	302.190

Fonte: Caged/MTE.

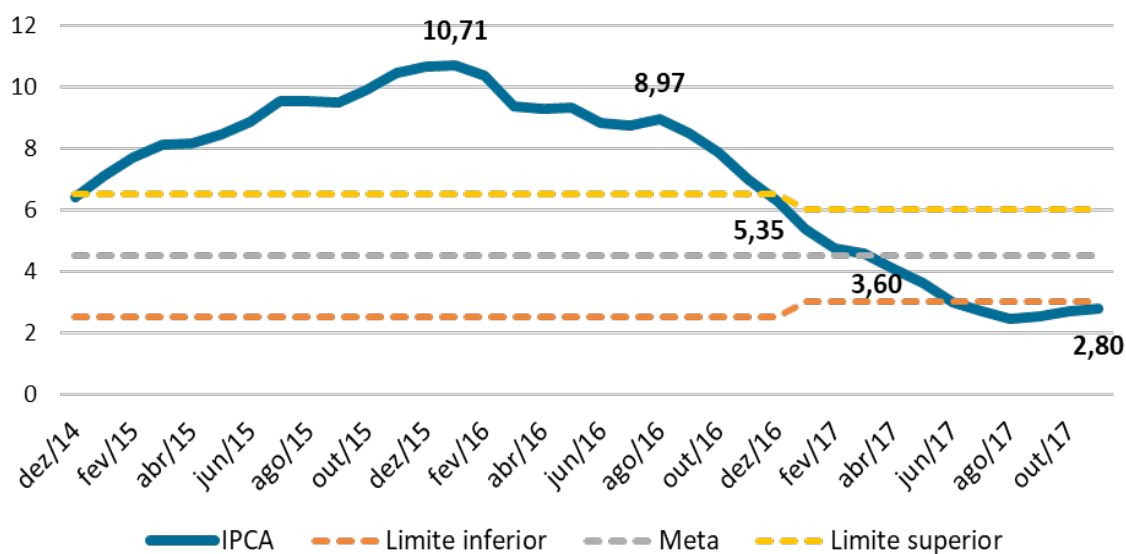
(*) Saldo ajustado, considerando as informações fora do prazo de janeiro/2014 a junho/2017.

Esse ambiente de retomada da economia e do mercado de trabalho vem acompanhado de um processo de desaceleração da inflação. Nesse sentido, registre-se que o IPCA (indicador de inflação de 12 meses) atingiu, em novembro deste ano, a marca de 2,80% – índice abaixo do limite inferior da meta do Banco Central (3%) –

Gráfico 4. Portanto mesmo tendo-se em conta

que parte da explicação para preços contidos se deve a demanda enfraquecida, o resultado em termos de redução da inflação é bastante favorável. Abre-se espaço para maior redução da taxa de juros e, conseqüentemente, para retomada mais significativa dos investimentos, do consumo das famílias e redução dos encargos da dívida pública.

Gráfico 4 - Brasil: inflação (IPCA) em 12 meses, em % - outubro/2016 a novembro/2017

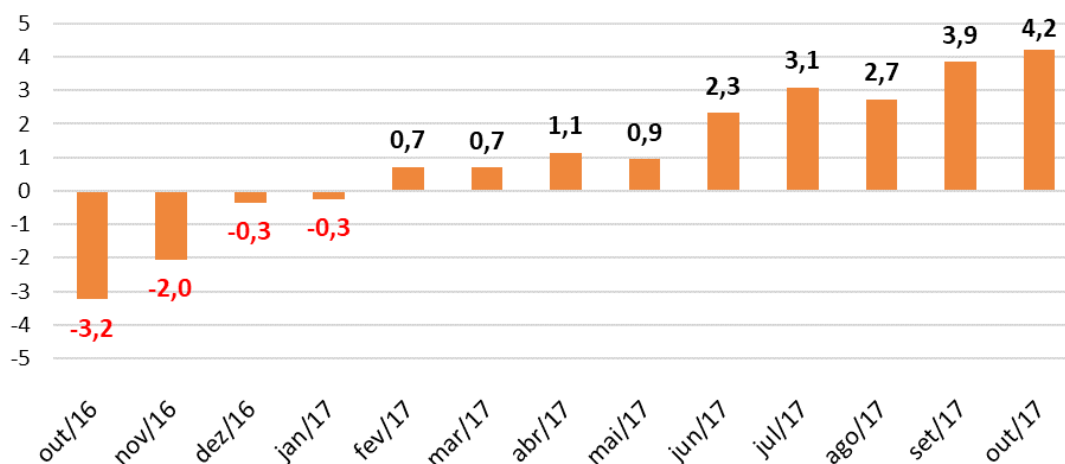


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Inflação em declarada rota descendente, para nível quase inédito na experiência brasileira, e reanimação do mercado de trabalho são fatores que atuam no sentido de incrementar, em termos reais, a massa de salário dos ocupados; obviamente, assim se amplia o potencial consumo das famílias. Com efeito, de acordo com o IBGE, a massa real de salários – fator básico para o aumento do consumo familiar – apresenta variações positivas desde o segundo mês deste ano, em termos reais (**ver Gráfico 5**),

– registrando, em outubro, um crescimento de 4,2%. O conseqüente e já enfatizado efeito positivo sobre o poder de compra das famílias explica expectativas razoavelmente otimistas acerca de vendas no varejo, particularmente no trimestre que encerra o ano, quando traços culturais associados à tradição natalina constituem fator de impulso comprador de consumidores em geral, o que ademais é também fortemente alimentado por estratégias de marketing.

Gráfico 5 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas, em % - outubro/2016 a outubro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

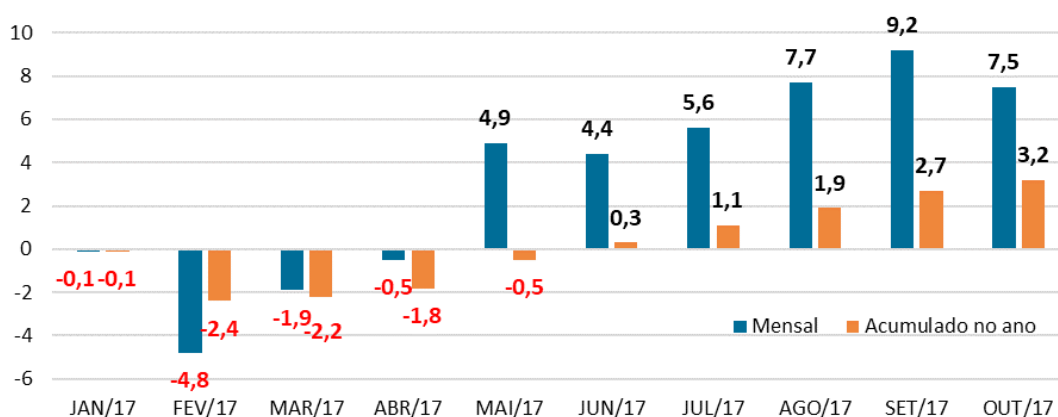
Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Continua crescendo o volume de vendas do varejo

O comércio varejista ampliado (agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito) apresenta, no país, uma variação positiva de 3,2% – conforme o resultado acumulado do ano (janeiro a outubro). Por isso

é um indicador de contínuo crescimento, desde junho deste ano, do volume de vendas no varejo ampliado. Isto é, mês a mês, o volume de vendas do varejo cresce com certa intensidade ao longo do ano. Por outro lado, o resultado mensal de outubro também é positivo (7,5%). Tal intensidade fica evidente quando se observam os resultados mensais, todos positivos, desde maio de 2017. (**Ver Gráfico 6**).

Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e acumulada, no ano, do Comércio Varejista Ampliado, em % janeiro/2017 a outubro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)

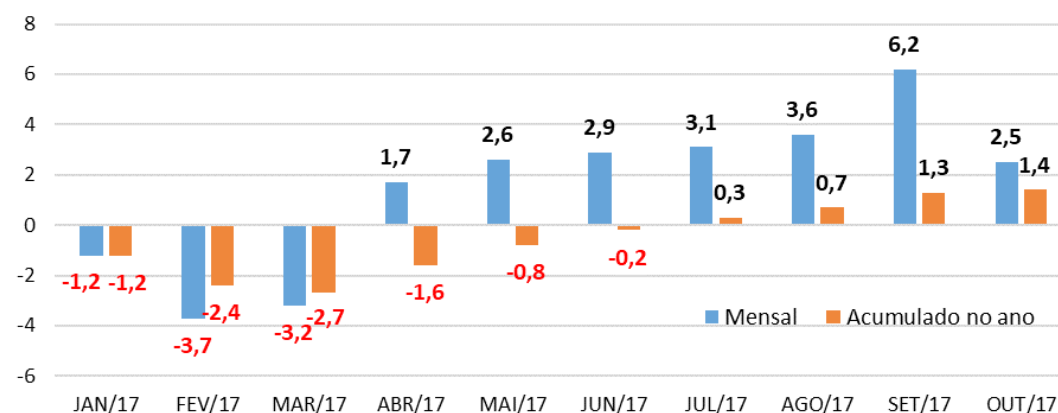


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao varejo restrito – cujo desempenho (indicadores acumulado e mensal) é ilustrado no **Gráfico 7** – registre-se que o volume das vendas também cresce: 1,4% no acumulado e 2,5% no resultado mensal. Além disso, também se observam variações positivas crescentes do indicador acumulado do ano, a partir

de julho. No desempenho mensal o resultado de outubro é também positivo (2,5%). Portanto, como vem se afirmando nos Boletins Mensais da Fecomércio, trata-se de dados que indicam que o volume de vendas será, no ano de 2017, superior ao do ano de 2016 – tanto no varejo ampliado quanto no restrito.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e acumulada, no ano, do Comércio Varejista, em % janeiro/2017 a setembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



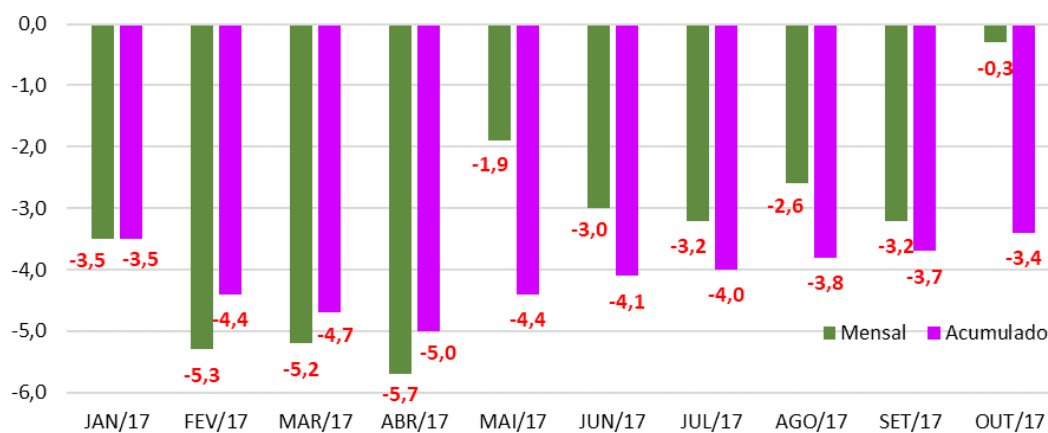
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Persistência de queda do volume de serviços, embora em menor ritmo

No que diz respeito ao segmento de serviços, ainda não se registram sinais de recuperação, destoando do que vem ocorrendo com a economia brasileira. De fato, o resultado acumulado do ano (janeiro a outubro) permanece fortemente negativo (-3,4%), embora com variações um pouco menos intensas desde abril (Gráfico 8), ou seja, em rota de decréscimo, mas com perdas ainda expressivas. Quando se considera o volume mensal de negócios, o desempenho do

segmento de prestação de serviços também é negativo e sem trajetória definida. No último mês pesquisado (outubro) a queda observada foi de 0,3% – a menor variação negativa registrada ao longo dos meses deste ano. Mesmo assim, os dados sobre o desempenho do setor de prestação de serviços, ao contrário do observado para o comércio varejista, continuam retratando um quadro desfavorável e não permitem que sejam alimentadas expectativas de que esse segmento tenha em 2017 um desempenho superior ao registrado em 2016.

Gráfico 8 - Brasil: variação mensal e acumulada, no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro/2017 a outubro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



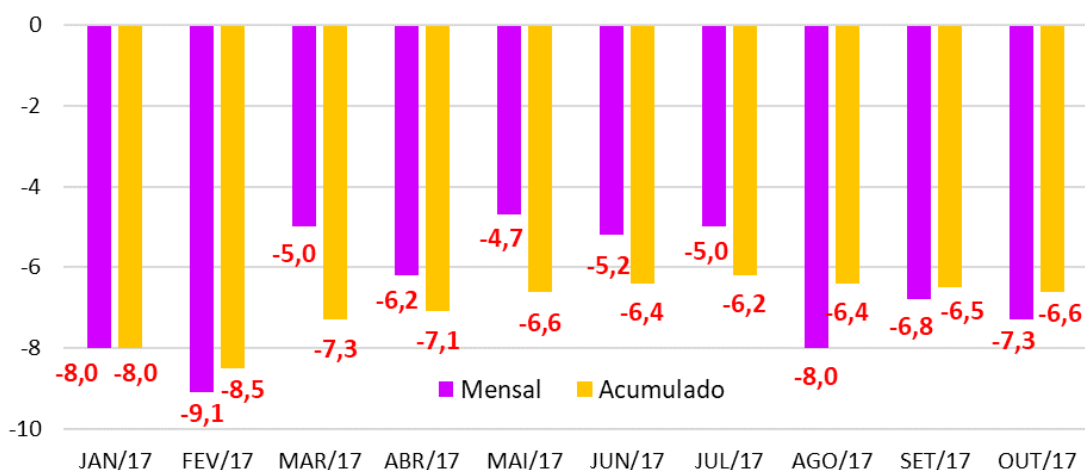
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Declínio do volume de atividades turísticas continua forte

O conjunto de atividades vinculadas a turismo apresenta em 2017, no âmbito do setor de prestação de serviços, variações negativas ainda mais intensas do que as registradas para o setor de serviços como um todo, conforme os indicadores mensal e acumulado, em comparação com iguais períodos de 2016 – Gráfico 9.

O indicador acumulado que – a partir de maio – vinha registrando trajetória negativa, mas ligeiramente declinante, volta a se intensificar a partir de agosto, culminando com um declínio de 6,6% em outubro. Por sua vez, o indicador mensal não tem trajetória definida e ao longo do ano os resultados são todos fortemente negativos, sendo de -7,3% a variação observada em outubro.

Gráfico 9 - Brasil: variação mensal e acumulada, no ano, do volume de Atividades Turísticas, em % janeiro/2017 a outubro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



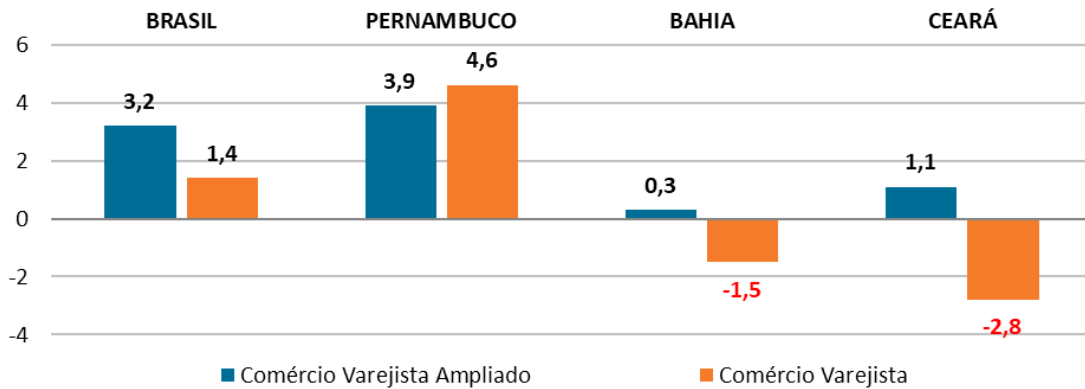
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM OUTUBRO DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O desempenho do comércio varejista (ampliado e restrito) no resultado acumulado do ano, ou seja, de janeiro a outubro de 2017, comparativamente ao mesmo período de 2016, pode ser visualizado no **Gráfico 10**. Trata-se de informações para o país como um todo e para os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará – economicamente os três mais importantes do Nordeste. Observe-se que as variações do volume das vendas em Pernambuco são,

em ambas as partições do varejo, positivas: 3,9% no varejo ampliado e 4,6% no restrito; simultaneidade que não se verifica nos outros territórios incluídos na análise. Bahia: 0,3% e -1,5%; Ceará: 1,1% e -2,8%; ampliado e restrito, respectivamente. No país como um todo, observam-se as seguintes variações: 1,4% no varejo restrito e 3,2% no ampliado – portanto desempenho positivo, mas também inferior ao do varejo pernambucano.

Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada, no ano, do volume de vendas Varejo, em % - janeiro-outubro/2017 (base: janeiro-outubro/2016)

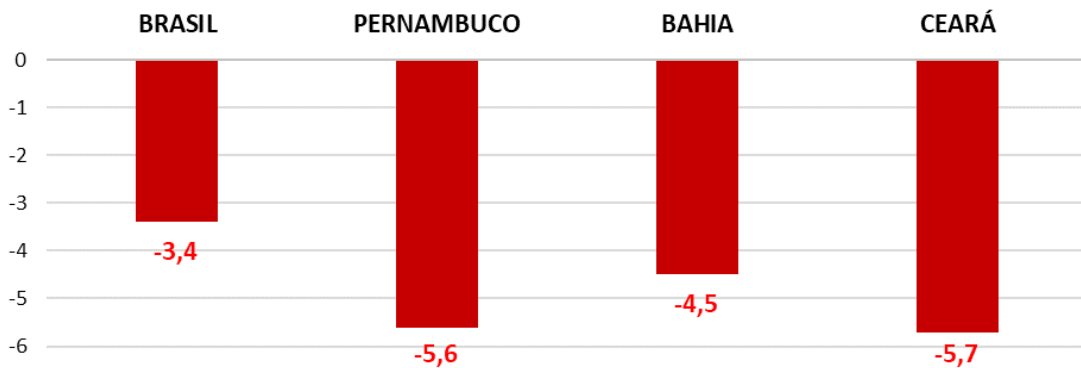


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Com respeito ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 11**), observe-se que o volume de negócios nesse segmento, em Pernambuco, se retrai 5,6% no indicador acumulado do ano (janeiro a outubro de 2017 comparado ao mesmo período de 2016). Na Bahia, a redução é de 4,5%; no Ceará, queda de 5,7%; e no Brasil declínio de

3,4%. Além disso, diferente do que se apontou para o comércio varejista, o desempenho, neste ano, do segmento de prestação de serviços em Pernambuco se dá com variações negativas mais fortes do que as observadas para o país como um todo.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: Variação acumulada, no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro-outubro/2017 (base: mesmo período de 2016)

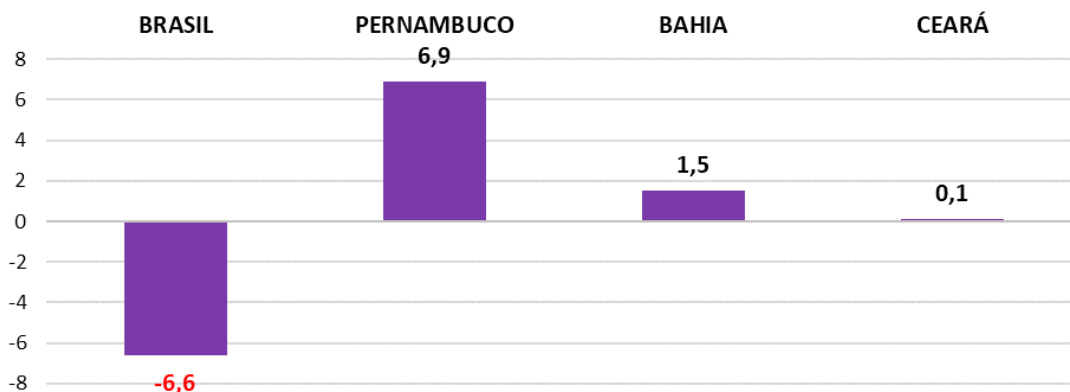


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Novamente particularizando-se o setor de turismo, observa-se – conforme o indicador do volume de atividades turísticas em Pernambuco, **Gráfico 12** – que o desempenho dessa modalidade de serviços no Estado é positivo e bastante diferenciado, comparativamente ao país como um todo e aos estados do Ceará e da Bahia. Com efeito, o volume de serviços de turismo em

Pernambuco cresce 6,9% de janeiro a outubro deste ano. Isso se dá em um cenário de retração de 6,6% no país, como um todo, ao mesmo tempo em que nos estados da Bahia e do Ceará o crescimento dessa atividade é de 1,5% e 0,5% – respectivamente; bastante abaixo do alcançado por Pernambuco, no mesmo período.

Gráfico 12 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada, no ano, do volume de Atividades Turísticas, em % - janeiro-outubro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



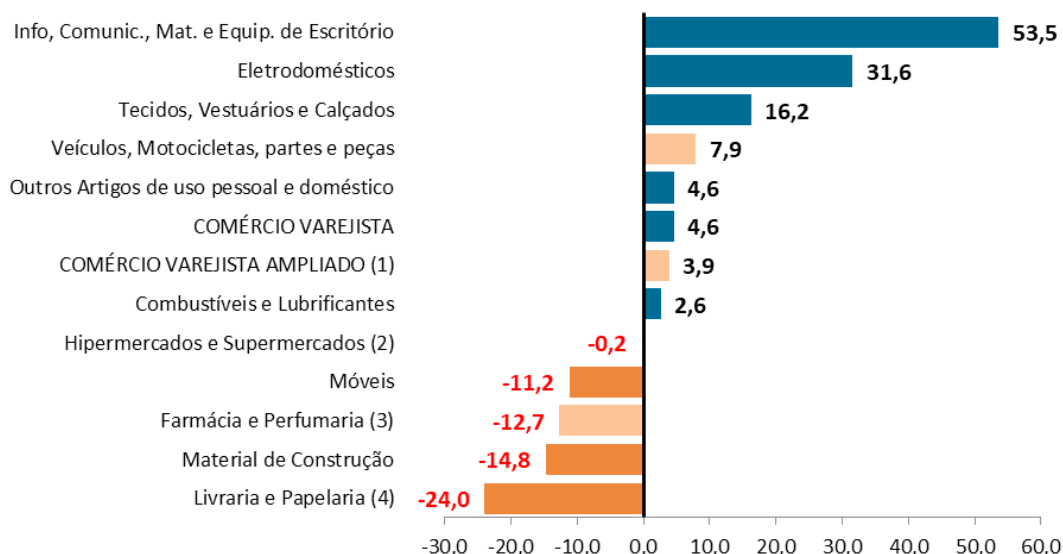
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Mantém-se, nessa seção, procedimento habitual nas edições do Boletim Fecomércio-PE: detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade. Em razão disso, é conveniente que mais uma vez se trate do caráter dual da acepção de varejo usualmente adotada. Primeiro, composição – conforme as atividades específicas – do **comércio varejista na acepção tradicional** e mais conhecida: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais,

revistas e papelarias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Acrescentando-se a tal conjunto as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é revelado o agregado **comércio varejista ampliado**. São assim sistematizadas no **Gráfico 13** informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, no que concerne a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada, no ano, do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-outubro/2017 (base: janeiro-outubro/2016)



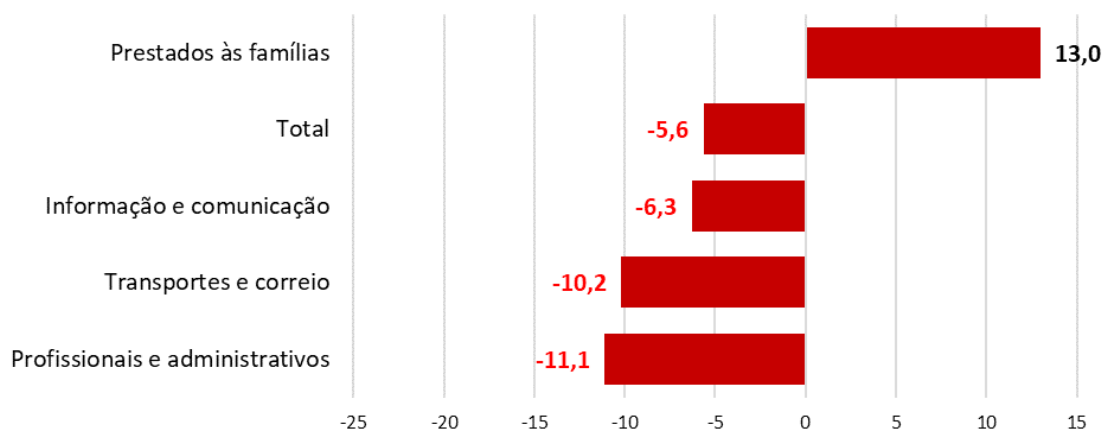
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Dessas informações, extrai-se que seis dos onze segmentos que compõem o comércio varejista registram variações positivas, enquanto os cinco restantes continuam apresentando variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017. Entre os positivos, destacam-se: informática e comunicação, equipamentos e materiais para escritório, (53,5%); eletrodomésticos (31,6%) e tecidos, vestuários e calçados (16,2%). Entre os negativos: livraria e papelaria (-24,0%); material de construção (-14,8% e farmácia e perfumaria (-12,7%). No entanto os resultados agregados continuam positivos: 4,6% no varejo restrito e 3,9% no ampliado. Em suma, espera-se que – como um todo – o varejo pernambucano encerre o ano de 2017 com

um desempenho superior ao observado no ano anterior e acima da média nacional.

No que diz respeito aos segmentos de prestação de serviços – **ver Gráfico 14** – a retração (acumulada no ano) das atividades que compõem esse segmento é quase generalizada. Com exceção de ‘serviços prestados às famílias’, em que tem lugar significativa variação positiva de 13,0% no acumulado do ano (janeiro a outubro), os demais segmentos têm desempenho negativo: ‘transportes e correio’ (-10,2%); ‘serviços profissionais e administrativos’ (-11,1%); ‘informação e comunicação’ (-6,3%). Em termos globais, a variação é negativa (-5,6%).

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada, no ano, do volume de Serviços, segundo as Atividades, em % - janeiro-outubro/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A recuperação da economia brasileira, superando uma profunda e prolongada crise de 36 trimestres – ineditismo cujo registro está devidamente incorporado à literatura econômica do país – segue em passo lento, mas não restam dúvidas de que está em curso. O quão satisfatório e sustentável será o processo de recuperação é algo ainda sujeito a questionamentos e depende de reformas estruturais que podem pavimentar o caminho da retomada.

Vale reiterar que reformas estruturais têm crucial importância para a economia, a exemplo das realizadas na época de implementação do Plano Real – em contexto de uma economia internacional instável, abalada por várias crises de países emergentes ao longo de 1994-1999. Sabe-se hoje, com maior clareza que à época, que foram mudanças fundamentais para que o país pudesse adotar políticas macroeconômicas de estabilização que, definitivamente, mudaram para melhor a economia brasileira.

Deve-se assim reconhecer o alto preço que se paga, desde 2010-2014, quando uma

economia que já enfrentava falta de solidez fiscal do Estado passou a sofrer impactos resultantes de equivocadas mudanças da matriz de política macroeconômica inaugurada em 1999-2000, que se assentava no tripé: câmbio flexível, metas de inflação, metas de superávit primário. Esses três pilares foram comprometidos e o resultado foi a crise econômica já devidamente analisada, quantificada e qualificada neste Boletim.

O momento atual traz os benefícios da retomada de racionalidade na condução da política macroeconômica. Reverte-se a ameaça de perda da estabilidade de preços (anote-se que a inflação de 2015 aproximou-se de 11,0%) – o que contribuiu para redução significativa da taxa básica de juros. Assim recupera-se também a racionalidade na política monetária, com adequada redução gradual da SELIC nominal. As expectativas dos agentes econômicos, melhoradas com a mudança de governo em 2016, que imprimiu novos rumos à política econômica, constituem outro fator de peso para sustentação de um novo ambiente econômico.

Os resultados, em cerca de dois anos, estão em inflação nas cercanias de 3,0% ano e SELIC de 7,0% – neste final de 2017. E isso se dá com a economia em retomada, embora ainda em ritmo lento, fenômeno influenciado pela continuada fragilização política do novo governo e pelo agravamento do quadro fiscal.

De todo modo, já se tem segurança de que o ano de 2017 se aproxima do encerramento com uma economia melhor do que a do ano anterior, embora ainda de forma tímida. Tem-se como certo que o PIB, nos meses finais deste ano, permanecerá apresentando variações positivas. Estimativas do próprio governo apontam nessa direção, projetando-se, como já referido neste Boletim, um crescimento positivo de algo em torno de 1% em 2017. Trata-se de alentador número, particularmente quando tal resultado é confrontado com as severas retrações de 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,6%).

Ademais, o mercado de trabalho – com indicadores de paulatina redução da desocupação da força de trabalho (IBGE) e de formação de saldos positivos de geração de empregos formais – termina por atestar que a economia se encontra em estágio de recuperação. No entanto a melhoria do mercado de trabalho, no presente estágio, ainda se dá com significativa participação de ocupações informais – alternativa utilizada inclusive por trabalhadores que não conseguem retornar ao posto de trabalho formal anterior à crise. Uma das facetas dessa alternativa ao impacto do custo social da desocupação é o engajamento em trabalho autônomo, o que concerne a trabalhadores dos mais variados estratos sociais, mas sobretudo aos mais vulneráveis, que se situam fora da rede de proteção social. Tal contingência é um dos preços cobrados por uma severa recessão, cujo ineditismo em termos de profundidade e extensão temporal já foi assinalado neste e em relatórios anteriores. Sabe-se que, em casos de maior dotação de recursos oriundos de poupança e de verbas rescisórias, o trabalhador pode

vir a estabelecer um microempreendimento de sucesso, mas isso é algo alcançável apenas por grupos minoritários.

A recuperação, que no momento se vislumbra, seria mais sólida se reformas estruturais como a da Previdência Social e a Reforma Tributária enfrentassem trajetórias menos acidentadas e se o governo atual tivesse maior credibilidade entre agentes econômicos e a própria população.

O déficit fiscal do setor público permanece elevado e tende a ser mais desafiador ainda diante da dificuldade do governo de controlar as despesas, mesmo depois da recente revisão, para cima, das metas de déficit fiscal (159 bilhões de reais em 2017 e igual valor em 2018). Por outro lado, mesmo que algumas unidades da federação venham escapando de agravamento da crise fiscal, permanecem graves problemas nas contas públicas de estados e municípios.

Acrescente-se que se avizinha o ano eleitoral de 2018 e tal contingência tende a impor maiores restrições a iniciativas de reformas estruturais que, em geral, trazem, no plano imediato, custos para diversos setores da economia e para a população. A crise fiscal do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais exigirá medidas duras que demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a ser possivelmente auferidos em médio e longo prazo, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico – seguindo-se ao político – não apresente novos retrocessos.

Espera-se, no entanto, que governo e agentes econômicos contribuam para propiciar recuperação mais rápida e mais sólida da economia, permitindo a atração de capitais para projetos de infraestrutura, alternativa que teria impacto mais forte e imediato na redução do desemprego e na retomada, especialmente em segmentos que se vinculam diretamente ao mercado consumidor – entre os quais, o comércio varejista e o da prestação de serviços.

O que assume maior importância, no momento atual, é a permanência de perspectivas de superação da crise. Afinal, tal crise se dá em uma economia fortemente terciária-industrial, com um moderno agronegócio e um setor terciário avançado. A perda de valor econômico, em um aparelho produtivo como o atual, foi imensa no período 2014-2016, trazendo enorme custo social. O elevado nível de desemprego é a face mais visível, mas infelizmente não reveladora de toda a perda. Aumento da informalidade e desajustes sociais são traços de grande desconforto social.

Uma instância geradora de grandes inquietações é a esfera política. Enfrenta-se uma crise econômica com forte e preocupante componente político, em um país que urgentemente necessita de novas instituições econômicas, algumas demandando mudanças constitucionais cujo pressuposto básico é uma adequada consertação política. Ocorre que o país está às vésperas de uma eleição (presidencial e congressional) em contexto de prolongada depuração de governança, marcada por patrimonialismo e

extensivas práticas de corrupção nos negócios e na relação entre governo e iniciativa privada.

É em tal contexto que vêm despontando novas oportunidades e iniciativas de segmentos da população em busca de criação de alternativas de oportunidades de empreendedorismo, o que se dá em todos os setores da economia, mas particularmente nos segmentos de comércio e serviços. Trata-se de uma via que, devidamente apoiada por mecanismos institucionais, pode – em curto e médio prazos – significar a criação e a formalização de postos de trabalho.

Finalmente, reitera-se que o cenário mais favorável para o futuro imediato seria o de avanço em termos de reformas estruturais, e de políticas que evitassem o aprofundamento dos déficits fiscais dos estados e da União. Uma recuperação econômica mais rápida e mais abrangente certamente contribuiria bastante para melhorar as contas públicas em todas as esferas político-administrativas.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais. 3º Trimestre/2017.

Pesquisa Mensal do Comércio.
Outubro/2017.

Pesquisa Mensal dos Serviços.
Outubro/2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Outubro/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Novembro/2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Novembro/2017

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brenna Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Glauce Dias

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

